

# País só pagará US\$ 1 bi da dívida em 90

*Externa*

Os credores externos brasileiros, privados ou oficiais, não devem contar neste ano com pagamentos muito superiores a US\$ 1 bilhão. Esta foi a estimativa apresentada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, sobre a chamada capacidade de pagamento ao exterior com que contará o País ao longo deste ano, depois de feitas as contas do ajuste interno da economia. "Está mais para um do que para dois bilhões" — sinalizou a ministra, no café da manhã com que iniciou ontem sua série de contatos com a imprensa para o anúncio do impressionante ajuste fiscal programado pelo Governo Collor em seu primeiro ano de mandato. Zélia deixou claro que as negociações que aguardam o governo brasileiro no front externo serão extremamente duras.

O magro pagamento que será transferido ao exterior (um bilhão é quase nada frente aos US\$ 15 bilhões de débitos externos que vencem este ano), é fruto, segundo a ministra, da diretriz traçada pelo presidente Collor desde a fase da campanha eleitoral: a prioridade do governo é o ajuste interno da economia, restando em segundo plano, portanto, o acerto com a comunidade financeira internacional. Nesse contexto, a ministra não manifestou intranquilidade em relação a decisão americana de rebaixar a classificação dos créditos brasileiros no sistema financeiro dos Estados Unidos, em função da moratória sustentada pelo País há cerca de um ano.

## Preocupação

O que preocupa ao governo brasileiro, agora, é encontrar alternativas para preservar as linhas de

crédito de curto prazo que financiam o comércio externo do País e compõem os depósitos interbancários de agências de bancos brasileiros no exterior, que podem ser afetadas pelo enquadramento dos créditos brasileiros na condição de duvidosos. São consequências que passam pelo encurtamento dos prazos dessas linhas e o encarecimento de seus custos. Ontem, a ministra Zélia referiu-se a possibilidade de tornar essas linhas de curto prazo voluntárias para as instituições financeiras internacionais, retirando o caráter compulsório que lhes foi conferido no acordo ainda em vigor assinado com o comitê de bancos credores pelo governo Sarney. "Essas linhas são sempre duas pistolas armadas em nossa direção", comparou a ministra.

Mesmo com esses transtornos, Zélia está otimista em relação ao êxito de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que será contactado oficialmente na próxima semana, quando o secretário de política econômica do Ministério, Antônio Kandir, detalhará os dados do ajuste das contas públicas ontem exibidos pelo Governo. A ministra reconhece, entretanto, que as instituições credoras oficiais e os bancos privados internacionais não são instâncias estanques na negociação externa. Ela mesmo encarregou-se de lembrar o caso da Argentina, que conseguiu firmar um acordo provisório com o FMI, posteriormente suspenso pelo Fundo pela interrupção dos pagamentos aos bancos privados pelo governo argentino. Além disso, as negociações com o Clube de Paris têm como pré-condição exatamente um acordo em vigor com o Fundo Monetário.

Givaldo Barbosa



Reed saiu satisfeito da conversa com a ministra da Economia